

JE

Jornal dos Economistas

Nº 297 Abril de 2014

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

50 anos do golpe militar de 1º de abril de 1964



Vladimir Palmeira, Modesto da Silveira, Marcello Cerqueira, Aldo Arantes, Reinaldo Gonçalves e Ricardo Costa discorrem sobre os aspectos políticos, econômicos e institucionais do golpe e ditadura militares e os desdobramentos atuais.

O golpe e a ditadura

O aniversário de 50 anos do golpe militar levou a imprensa a produzir vasto material reflexivo sobre o período da ditadura. Nesta contribuição do JE ao debate, duas foram as prioridades: dar voz a expoentes da resistência ao regime arbitrário e analisar – além dos aspectos políticos e institucionais – a situação econômica do período.

O bloco temático começa em grande estilo, com uma entrevista de Vladimir Palmeira, lenda viva da luta contra a ditadura, que faz um balanço histórico da política e economia no período. Ele relata episódios da repressão ao movimento estudantil, critica o governo Dilma e revela sua preocupação com as Forças Armadas brasileiras.

O ex-deputado federal Modesto da Silveira, notório advogado de presos políticos durante os anos de chumbo, relata em entrevista a truculência da repressão e analisa as motivações e os impactos da ditadura.

Marcello Cerqueira, outro grande advogado de opositores do regime, faz um relato da negociação da anistia, processo no qual teve participação importante como deputado federal. Ele afirma que os agentes do Estado que torturaram e mataram estão excluídos da anistia e podem ser levados a julgamento.

Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, faz um balanço econômico dos governos ditatoriais. Os pontos fortes foram o *upgrade* da estrutura industrial, a substituição de importações, o forte crescimento da renda e a redução da vulnerabilidade externa estrutural. O grave erro foi a dependência de recursos externos. Ele ressalta também a elevação do grau de desigualdade social no período.

O ex-presidente da UNE e ex-deputado federal Aldo Arantes, do PCdoB, outro expoente da resistência ao regime militar, faz uma retrospectiva histórica das diversas fases da ditadura até o processo de democratização e os dias atuais.

No artigo que encerra a edição, o historiador Ricardo Costa afirma que o golpe permitiu que a burguesia garantisse a consolidação e expansão do capitalismo monopolista no Brasil.

Sumário

Entrevista: Vladimir Palmeira.....3
“As Forças Armadas, se aparecem as condições, podem desempenhar um papel golpista de novo.”

Entrevista: Modesto da Silveira.....6
“Eu me pergunto se o *Homo é sapiens sapiens* ou é *stupidus stupidus*”

Golpe e ditadura.....8
Marcello Cerqueira
Mas eles queriam o bem

Golpe e ditadura..... 10
Reinaldo Gonçalves
Regime militar e desempenho econômico

Golpe e ditadura..... 12
Aldo da Silva Arantes
50 anos do golpe militar: ditadura nunca mais

Golpe e ditadura..... 14
Ricardo da Gama Rosa Costa
1964: O golpe a serviço do capital

Coletivo Mais Verdade pesquisa envolvimento 16 de grupos econômicos no golpe de 64

Prêmio de Monografia recebe inscrições de centros de ensino

Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
 E SINDECON - RJ
 Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
 Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
 Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
 Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2014-2014): Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012-2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2014-2016): Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

“As Forças Armadas, se aparecem as condições, podem desempenhar um papel golpista de novo”

Um dos principais ícones da resistência à ditadura militar brasileira, Vladimir Palmeira abriu espaço na sua concorrida agenda de entrevistas sobre os 50 anos do golpe militar de 64 para falar ao JE. Líder estudantil, fundador do PT, deputado constituinte e candidato a governador, Vladimir possui formação em Economia – durante o exílio na Bélgica, ele se formou em Ciências Econômicas pela Universidade Livre de Bruxelas.

Vladimir desligou-se do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2011 e ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) no ano passado.



P: Como seria o Brasil de hoje se não tivéssemos enfrentado essas duas décadas de ditadura militar?

R: Rapaz, e isso é pergunta que se faça? Eu não tenho a menor ideia. Não se sabe. É difícil dizer. Você tinha o golpe da direita, tinha o golpe do Jango, tinha eleições em 1965. Ninguém sabe o que poderia ter acontecido, tanto podia ter sido o golpe do Jango, ou o Juscelino podia ganhar.

P: Que balanço você faz do período de ditadura militar, de uma maneira geral?

R: O período da ditadura militar é um período típico de contrarrevolução. O que a contrarrevolução faz? Ela resolve problemas que a revolução colocou. O que a revolução faria por baixo, sob

a ótica das camadas populares, a contrarrevolução faz por cima, mas ela dá resposta. Ela não é simplesmente manter o status quo. Ela é um elemento de mudança sob outra ótica. Foi o que houve aqui no Brasil.

P: No plano econômico, pode-se dizer que houve um legado desse período, por exemplo, no sentido da industrialização, na construção de infraestrutura do país?

R: Sem dúvida nenhuma, temos que lidar com os fatos. Ao mesmo tempo em que torturava, matava e fazia o arrocho salarial, a ditadura militar criou uma vasta infraestrutura no Brasil e praticamente completou o ciclo de desenvolvimento de um país industrial. O problema foi de dois tipos. O pri-

meiro é que ela dependia dos empréstimos externos. Com a crise do petróleo, nós começamos a ter um déficit crescente na balança de pagamentos, e com a segunda crise, a gente faliu.

Por outro lado, quando o Brasil chegou a ter uma indústria mais forte, os países desenvolvidos estavam passando a chamada terceira revolução industrial. Com a crise, a inflação e os problemas na balança de pagamentos, o Brasil perdeu o bonde da terceira revolução industrial. O país criou uma economia com base no que tinha sido a indústria até os anos 1950. E isso fez o Brasil continuar atrasado e de lá para cá não houve novidade.

P: Por que o Brasil não conseguiu avançar na punição dos agentes da repressão, como na

Argentina ou em outros países? Que resultados concretos você espera da Comissão Nacional da Verdade?

R: O Brasil só não conseguiu porque a luta de classes aqui foi diferente. A ditadura brasileira deu passos concretos para acabar o seu ciclo. Ela não esperou o esgotamento completo, ela impediu que houvesse uma ruptura. Isso foi a política do Golbery, que fez a distensão lenta, gradual e segura. De forma que fez uma distensão sob o controle da ditadura. Assim o Geisel preparou o terreno para a distensão, depois o Figueiredo deu a anistia, houve a reformulação partidária, apareceram novos partidos, apareceram as eleições diretas para governador. Ainda na época do Figueiredo, recusaram a eleição direta pa-

ra Presidente da República, mas o Figueiredo já teve que entregar o poder a um civil, embora ainda um elemento ligado à ditadura militar, que era o Sarney.

Mas isso tudo foi sob controle. O movimento popular nunca conseguiu dar o tom, porque quando ele pediu as diretas, perdeu. Depois as vanguardas do movimento popular, a OAB, a ABI, os sindicatos, os partidos de esquerda, todos queriam uma Constituinte exclusiva, mas não tiveram. Tiveram um Congresso constituinte, que foi uma limitação muito grande. Perderam a segunda batalha.

De forma que a transição foi se dando sob a égide do próprio setor militar, que ficou intocado. **E o grande problema aí não é a punição aos torturadores. Essa é uma questão secundária.**

É justa, mas não é uma questão primordial. A questão primordial é que não se tocou na estrutura das Forças Armadas. É essa a questão central. As Forças Armadas estão no mesmo diapásão de antes. Tanto que cinco anos atrás o Médici foi eleito patrono da turma de Agulhas Negras. Eles continuam dizendo que o golpe foi revolução, formam uma corporação à parte, com ideologia não democrática de direita. Isso é um problema muito grave.

P: Existe uma chance de, em um contexto de crise, haver outro golpe militar no Brasil?

R: Ah, mas claro. É um risco permanente. Claro que não é isso que vai causar um golpe. Um golpe é causado por fatores de luta de clas-

se mais gerais, e de funcionamento da própria sociedade, da economia e tal. Mas é evidente que as Forças Armadas, se aparecem as condições, podem desempenhar um papel golpista de novo. Não mudou nada.

P: Existe uma discussão se o período ditatorial foi apenas uma ditadura militar ou se foi uma ditadura civil-militar, com a participação de empresários. Qual a sua visão?

R: Isso é uma bobagem do Daniel (Aarão Reis). A ditadura foi militar. Ninguém diz que a ditadura de Batista foi civil. Civil não forma corporação. Você ouve falar em ditadura militar, em ditadura policial, em ditadura do partido comunista, do partido fascista, do que você quiser. Mas ninguém fa-

la de ditadura de civil, porque civil não forma corporação.

Isso é uma invenção que o Daniel fez de boa vontade, porque ele quer mostrar que os civis participaram, mas é um conceito sem valor científico nenhum e perigoso. Porque dá a entender que não foi a instituição militar que fez a ditadura. Ele está equiparando o Delfim Neto, o Simonsen com os militares. Não foi. Ele está tirando o papel da instituição militar. A ditadura foi das instituições militares. Não é que o Daniel queira isso: nos textos que ele escreve, ele indica que a ditadura foi das instituições e tudo mais. Mas o conceito dele é muito ruim e dá margem a interpretações piores ainda.

P: Na transição para a democracia, era possível antecipar esse



quadro político atual? Que um partido surgido nas greves do ABC chegaria ao poder, antecedido por uma parte do MDB, que gerou o PSDB? Dava para antever esse quadro?

R: Não. O Brasil, além de tudo, é cheio de imprevistos. Você vê que os caminhos são muito diferentes. Você teve as diretas, a Constituinte e depois quem se elegeu foi o Collor, que era um *outsider*, e quase mela a transição. Não dá para prever, graças a Deus, não há ciência para isso, porque aí você sempre luta com a expectativa de ganhar.

P: O que mais te surpreendeu no desenvolvimento político do Brasil pós-ditadura?

R: **Eu me surpreendo todo dia. As coisas no Brasil são sensacionais. Me espanta a Dilma chamar uma Constituinte exclusiva e, 24 horas depois, abandonar, sem dizer uma palavra para a população. Ela tinha anunciado que iria convocar a Constituinte e, 24 horas depois, recua. Mas há surpresas positivas, como as manifestações de junho. Todo dia tem uma surpresa. É isso que faz que a gente seja uma coisa viva, há sempre novidades e não há respostas prontas.**

P: Como você analisa o sistema político brasileiro, que alguns já chamam de presidencialismo de coalizão? Como avançar nesse sistema?

R: Eu acho o presidencialismo muito bom. No regime parlamentarista, o executivo tem um poder exacerbado. É o contrário do que se diz: o parlamento não tem poder algum. O único poder do parlamento é eleger o cara. Mas depois de eleito, ele faz o que quer.

Toda iniciativa legal, nos países parlamentaristas, vem do Executivo. Então o presidencialismo é bom. Foi uma grande vitória do povo brasileiro. De todos os pontos de vista: o Lula só teria sido presidente no presidencialismo. Se fosse esperar pelo parlamentarismo, ele estaria até agora na oposição. O presidencialismo equilibra os três poderes e permite a manifestação política mais ampla, mais incisiva. É mais democrático.

Agora, há inconvenientes, como a multiplicação de partidos de aluguel. Tem que ter limite para os partidos políticos. E precisamos fazer o voto em lista e o financiamento público de campanha. Tem os que dizem: ah, os caras da direita vão continuar fazendo o que fazem. Tudo bem, mas pelo menos quem é honesto pode ser candidato. O financiamento público garante que você possa ter independência e permite uma repressão maior a quem faz caixa dois. E o voto em lista porque nós estamos criando uma democracia partidária. No Brasil a tradição é votar nas pessoas. A democracia só existe quando é programática e o voto em lista permite isso. A maior crítica que se faz ao voto em lista é que o público não escolhe exatamente o candidato, no caso da eleição para o parlamento. A aristocracia partidária pode fazer o que quiser. Nesse caso, tem que fazer outro partido. Quem não quer um partido autoritário, que crie um partido democrático, com prévia, com direito e tal. Mas isso é um critério do partido para a população poder escolher. Então eu sou decididamente a favor dessas teses tradicionais.

Acho que nós avançamos e podemos avançar mais. Para isso é preciso que haja uma força polí-

tica. Infelizmente o Lula, que fez um grande governo, não peitou a reforma política. E agora Dilma nem fez nem fará. Acho que dificilmente a gente vai fazer uma reforma política. Eu sou da tese de uma Constituinte exclusiva, porque deputados e senadores não vão apoiar nenhuma reforma. A história do Congresso constituinte em 86 foi uma desgraça. A Constituição saiu até melhor do que a gente pensava. Mas eles não vão fazer uma coisa que não é do interesse deles. Tinha que ter uma Constituinte exclusiva já naquela época. Hoje, acredito firmemente numa Constituinte exclusiva, e poderia ser para a reforma política e para a reforma tributária, que são duas reformas importantes.

P: O momento era aquele, das manifestações.

R: Claro. Mas o governo recuou, a Dilma recuou, e os outros partidos não se manifestaram. O PT disse que era a favor, mas não deu suporte. E os outros não se manifestaram. **Eu acho o governo Dilma muito fraco. Ela foi uma decepção. Esse negócio do Lula de botar tecnocrata no governo, não deixar indicar quadros políticos, foi um fracasso. Assim como o Haddad é um fracasso em São Paulo.**

P: Se você pudesse eleger um momento dos anos de chumbo em que você estava envolvido, um episódio que mais te emocionou, qual seria?

R: No que tange ao movimento estudantil, a manifestação ideológica mais importante foi a ocupação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que forçou o conselho a debater com os estudantes. Isso foi em 1968, no Teatro de

Arena da Faculdade de Economia, na semana anterior à Passeata dos Cem Mil. Forçou os professores a ter que discutir, pela primeira vez, com os estudantes. Só quem viveu aquela época sabe como era aquilo, como era envelhecida aquela estrutura arcaica do conselho universitário e como o aluno era dominado pelos professores. Então aquilo foi muito importante porque o aluno, naquela época, tinha mais medo do professor que do Dops. Ele ia para o Dops, mas achava que aquilo não ia deixar marca na vida dele. Tinha gente que saía direto do Dops para outra passeata. Mas aquela manifestação na UFRJ colocava em risco o aluno na escola. E isso é muito importante.

Houve grande repressão neste dia. **Eu consegui sair, a polícia batendo no cara do meu lado. Eu saí no meio da massa. No final, eles começaram a atirar de fuzil. Os que estavam atrás ficaram presos e foram levados para o campo do Botafogo.** Esta repressão despertou uma grande indignação.

A manifestação do dia seguinte foi a chamada Sexta-feira Sangrenta. Nós havíamos sido muito reprimidos na quinta. Na sexta, não se sabia quem estava solto, quem estava preso. Então, quando nos encontramos foi realmente uma coisa importante, deu outro vigor ao movimento estudantil. O pessoal tinha apanhado muito. Na sexta, recebemos um apoio popular extraordinário. Não só jogavam papéis, mas o pessoal ficava do lado e aplaudia a passagem dos estudantes. Acho que foi um momento muito importante. Estas foram estas passeatas que deram origem aos Cem Mil.

“Eu me pergunto se o *Homo é sapiens sapiens* ou é *stupidus stupidus*”

Filho de lavradores humildes do interior de Minas Gerais, Modesto da Silveira conseguiu se estabelecer no Rio de Janeiro e concluir a faculdade de Direito em 1962. Segundo alguns livros especializados, ele foi o advogado que defendeu o maior número de perseguidos políticos durante a ditadura militar no Brasil. Modesto foi também deputado federal pelo MDB de 1979 a 1983 e participou da elaboração da Lei de Anistia, como relata nesta entrevista.



P: Como seria o Brasil de hoje se não tivéssemos enfrentado essas duas décadas de ditadura militar?

R: Nós teríamos um país com várias reformas interessantes. O governo João Goulart era humanista e patriota. Ele estava longe de ser comunista, nem um socialista pleno; era um homem que tentava aparar algumas arestas mais cruéis do sistema capitalista e individualista selvagem. Hoje nós estaríamos em um Brasil muitíssimo melhor se deixassem o Brasil continuar suas reformas, como por exemplo, a reforma agrária e a urbana. De modo geral, nós estaríamos em um país muito mais desenvolvido, mais justo e menos problemático.

P: Que balanço você faz do período ditatorial?

R: Eu projetaria os 21 anos em 50 porque as sequelas dos 21 anos continuam até hoje e eu

não sei quanto mais no futuro. Você teve 21 anos de violência, sangue, assassinatos, sequestro, tortura, furtos, roubos, estupro, e tudo o mais que você pode imaginar, sem limite.

P: Por que o Brasil não conseguiu avançar na penalização desses agentes da repressão?

R: Nós conseguimos em 1979 a Lei da Anistia. Foi uma lei negociada, porque eles não queriam de jeito nenhum e ainda tinham poder quando a discussão se estabeleceu. A redação foi conjunta com o MDB. A Arena participou dessa negociação e deixou claro que só haveria anistia se houvesse a chamada recíproca, para todos, inclusive os membros do governo. Eu era deputado federal na época. A gente queria a anistia ampla, geral e irrestrita para todas as vítimas, mas não para os torturadores. Mas se a gente topasse, milhares

de presos seriam soltos e outros milhares de brasileiros retornariam do exílio. Por um lado, essa redação é intolerável. Por outro, se a interpretação mundial for mantida, seguramente eles não vão conseguir anistia. A jurisprudência mundial é de que tortura não é anistiável, é crime comum, e crime comum não tem anistia, só o crime político. Se alguém estupra uma moça porque ela é bonita e é presa política, o homem que mata pelo prazer de matar, o outro que mete a mão porque um bem está disponível, o outro que sequestra porque não quer saber de lei normal, esse não é um criminoso político, é um criminoso comum. E a doutrina internacional diz que isso é crime contra a humanidade, e crime contra a humanidade não tem anistia. Não existe. Mas eles forçaram a barra, e como ainda tinham poder, e de certo modo ainda têm – quem dispõe de

tanques, metralhadoras, fuzis e muito dinheiro sempre tem poder – são capazes até de alterar a interpretação das leis.

P: Que resultado concreto o senhor espera da Comissão Nacional da Verdade?

R: Eu espero que venha à tona tudo o que aconteceu. O povo brasileiro vai fazer o seu juízo de valor sobre se é possível perdoar bandidos daquela natureza, que usaram do seu poder para praticar qualquer crime e ficar inteiramente ilesos. Alguns saíram porque estavam ricos demais. Outros foram mortos, como o Fleury. Outros abandonaram, não queriam mais. E outros bandidos ganharam a Medalha do Pacificador.

Envolveram-se em tantos crimes comuns que alguns deles acabaram mudando de lado, como no caso daquele Capitão Guimarães, de líder torturador

assassino virou bicheiro, e é raro um bicheiro que não seja traficante também. Viraram chefes de gangue, de bandidagem, e continuam aí não só se exibindo como recebendo soldo de capitão, major, coronel, e a essa altura, alguns até de general.

P: Existe uma discussão de se a gente viveu uma ditadura meramente militar ou se foi uma ditadura civil-militar, com a participação de grupos empresariais. Qual a sua visão?

R: Esse golpe, como tantos outros, surgiu em Washington. Portanto ele é imperial, empresarial e depois militar. O militar é apenas o executor das ordens empresariais e imperiais. Só isso. É muito simples. Ela é civil-militar nesse sentido. E houve até casos de empresários, portanto civis, que tinham prazer de ver a tortura ou torturar também, porque a sua psicopatia exigia dele essa conduta louca.

Na época, nós, advogados que atuávamos nessa área, sabíamos que havia doações de todo nível, não só dinheiro para torturador e assassino como também doações até de carros. Tantos carros quanto eles quisessem para fazer o trabalho sujo da ditadura, como sequestro, tortura, assassinato e tudo mais. E às vezes burramente a numeração desses carros era sequencial, dava para gente desconfiar.

P: Qual foi o momento que mais te emocionou nesse período?

R: Eu me emocionava a cada dia, como corro o risco de me emocionar agora, porque na medida em que eu vou falando, vem uma cachoeira de lembranças e todas elas muito comoventes. Do nor-

te ao sul do Brasil, eu representei advogados, fui defender diretamente líderes católicos, como Dom Hélder em Recife, Dom Waldyr Calheiros em Volta Redonda, Dom Adriano Hipólito em Nova Iguaçu, e assim por diante. Os advogados foram uma das categorias mais perseguidas. Os advogados que participavam das defesas de direitos humanos, quase todos fomos sequestrados e torturados. Alguns dos que eu me lembro, só do Rio de Janeiro, foram Sobral Pinto, um homem de bem, um modelo de advogado correto; Heleno Fragoso, um grande jurista, também um grande democrata; Augusto Sussekind; George Tavares; e Nivaldo Vasconcelos.

Eu próprio fui sequestrado da minha casa para o DOI-Codi para sofrer torturas com toda a liberdade, exceto marcar o corpo. Não podiam marcar o nosso corpo porque na época nós já éramos conhecidos internacionalmente. Eu tinha recebido o juiz da corte de Paris, gente da Anistia Internacional, um jurista que veio da Suécia representando entidade de direitos humanos, Fundação Lélío Basso, Fundação Bertrand Russell e professores de uma universidade americana. Eles nos procuravam para saber que loucura estava ocorrendo no Brasil e em tantos países que caíram em domínio depois do nosso. E então se organizou a Operação Condor entre estes países, que era a loucura dentro da loucura. Eu tive clientes entregues na fronteira, trocados por outros presos.

P: Como as novas gerações de militares veem esse período? Eles absolvem totalmente, não têm um senso crítico?

R: Eu penso que é bom dizer a eles que esses traidores da classe militar e do país juraram fidelidade ao país, à hierarquia e tudo mais e traíram. Mas é bom que eles saibam que o número dos que não traíram é infinitamente maior. Aqueles, de soldado a general, de marinheiro a almirante, de soldadinho a brigadeiro que não traíram, ao contrário, se recusaram a participar, passaram também a ser perseguidos.

P: Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que houve um legado desse período, por exemplo, no fortalecimento do parque industrial, na infraestrutura do país? É possível dizer isso?

R: A ditadura não poderia deixar de fazer alguma coisa. É claro que fez, sempre de maneira negativa, preferindo o capital estrangeiro e o privilégio a estrangeiros. Por exemplo, o Profeto Jari, na Amazônia, pertenceu ao homem mais rico do mundo na época, Daniel Ludwig, e estava vinculado à bandidagem grande e forte, aos paraísos fiscais, como Suíça, Liechtenstein, Luxemburgo, Ilhas do Canal e Bahamas.

Houve um período em que anunciavam um crescimento econômico bastante respeitável para o Brasil. Como eles podiam manipular tudo, eu não sei até que ponto foi verdade. Para o Brasil mesmo, praticamente não veio nada. Foi bom para os interesses das multinacionais e de determinados cidadãos estrangeiros.

A gente não consegue entender como o ser humano pode ser tão baixo, tão brutal, tão desumano. Eu me pergunto se o *Homo é sapiens sapiens* ou é *stupidus stupidus*. O que é o *Homo* que

habita a humanidade, com esses elementos estranhos que são capazes de tudo contra a humanidade, desde fabricar guerras para fins econômicos ou para fins escusos, que é maior estupidez humana. De 1900 a 2000, sabe quantas guerras houve no mundo? Houve mais de 200 guerras em 100 anos, sendo que na maior delas mais de 50 milhões morreram ou desapareceram, sem contar os que ficaram mutilados ou enlouqueceram.

Foi um século em que essa filosofia individualista, criminosa, desumana, funcionou, e este século não está prometendo ser muito melhor. Temo que ele ainda vá fazer uma terceira guerra tão brutal quanto as outras.

P: Você acha que a democracia está consolidada no Brasil ou existe um risco de um novo período ditatorial no futuro?

R: Num mundo como esse, tudo tem certo risco. Mas se nós formos vigilantes, atentos, denunciadores, assumindo, cada um, a nossa responsabilidade, nada disso voltará a acontecer. Todos nós queremos uma coisa só, chamada felicidade. É possível encontrar felicidade em um mundo em que alguns psicopatas dominam porque dominam o que tem valor: o dinheiro, a propriedade, a exploração do homem pelo homem? Enfim, eu acho que é possível, sim, mas depende de cada um de nós. Se cada um de nós ganharmos essa consciência e atuarmos, não há psicopata capaz de fazer volver o que ocorreu no Brasil por 21 anos, e mais ainda, por 50, porque ainda estamos vivendo essa sequele e não sei quantos anos no futuro, porque não sei quanto tempo essa sequele durará.

Mas eles queriam o bem



Marcello Gerqueira*

Ao fechar os canais elementares de participação política, generalizar a violência contra a população, perseguir cruelmente os que se opunham ao governo, a ditadura compeliu os vitimizados a adotar uma ação política que, na origem, não cogitavam. A ilegitimidade do regime e sua ação violenta é que geraram uma contra-violência incorreta, mas perfeitamente compreensível. A responsabilidade moral e política pela *resistência armada*, forma então equivocada de luta, é dos que romperam a legalidade democrática em 1964, e marcharam, de rota batida, para a mais terrível repressão de nossa história, desde os capitães do mato. (*Mas eles queriam o bem*: fragmento de discurso na Câmara dos Deputados, agosto de 1979; registrado *In Cartas Constitucionais, Império, República e Autoritarismo: ensaio, crítica e documentação*, Ed. Renovar: 1997, p.163.)

As Comissões da Verdade abrem, a duras penas e atrasadas de anos, clareiras sobre a repressão da ditadura militar, esclarecem e denunciam episódios em que agentes do Estado prenderam, sequestraram, torturaram, mataram e “desapareceram” com adversários do regime, da resistência armada ou não.

Naturalmente, a questão da anistia recíproca ocupa lugar de relevo na discussão. E ela tem duas faces que, por diferentes caminhos, se encontraram em 1979.

De um lado, a abertura “lenta, gradual e segura”, formulada ainda no desastrado consulado do general Geisel, iria desaguar na reforma partidária, pois um futu-

ro confronto eleitoral MDB *versus* Arena seria resolvido com uma acachapante derrota para a direita. No projeto Geisel, algum tipo de anistia teria de ser concedida. A modificação da lei de segurança nacional (Lei 6.620 de 17/12/78), que revogava o Decreto-Lei 898, baixado com o AI-5, também posteriormente revogado, diminuía a pena dos já condenados pela Justiça Militar e apontava rumos. (A discussão sobre os efeitos futuros dessa lei sobre os condenados por “delito de sangue” e *excluídos* da anistia recíproca não cabe nestas linhas. Como curiosidade, assinalo que os “banidos” que teriam cometido os mesmos “delitos de sangue” foram anistiados; anistia, melhor repetir, que *não* alcançou aqueles então presos pelos mesmos “crimes”.)

E algum tipo de anistia deveria ser concedida para que os entes políticos que se encontravam exilados e cassados pudessem voltar e organizar novos partidos, quebrando a lógica da disputa eleitoral binária. Já no derradeiro consulado da ditadura, o governo iria enviar o incrível projeto que cassava o MDB e abria caminho para a reforma partidária, dividindo a oposição do lado das forças democráticas. Cresciam as oposições no reclamo de uma anistia que fosse “ampla, geral e irrestrita”. Não foi.

Eu era vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados e por acaso velho amigo do conceituado jornalista Oyama Telles, então assessor de imprensa do ministro da Justiça Petrônio Portella, responsável por “negociar” com as oposições, especialmente o MDB, a OAB, a ABI, em uma frente que iria alcançar até a CNBB, o que

me permitiu aproximação com o ministro e, animado pelo Dr. Ulisses, alguma participação nas “negociações”, mas sem qualquer protagonismo.

Os comitês pela anistia se multiplicaram por todo o país e já realizavam passeatas e comícios, aqui e ali reprimidos no ocaso do governo do general Figueiredo, truculento e desinteressado ditador, que já demonstrava claramente a fadiga material da longa e extenuante ditadura, com a inflação alcançando dois dígitos e já rompida a aliança dos militares com o patronato que sempre lhe deu cobertura e usufruiu as regalias dos governos de exceção. Aqui, os entevos eram com a polícia do governador Chagas Freitas, nominalmente filiado ao MDB, mas fiel servçal das ditaduras. A linha dura se assanha e recorre ao terrorismo das bombas (em minha casa em Santa Teresa foram duas) e atentados diversos.

As “negociações” alcançaram algumas poucas concessões do governo, que afinal remete o anteprojeto de lei (surpreendentemente) às vésperas do recesso congressional do meio do ano. O interregno favoreceu as oposições e o MDB, em campanha nacional liderada pelo saudoso senador Teotônio Vilela, visitou todos os presídios do país em caravanas memoráveis. Constatamos não apenas a precariedade da carceragem como especialmente, por outro lado, o ânimo de luta dos presos políticos, que, à falta de outros meios de participação, ofereciam suas vidas em greves de fome; greves para valer e não poucos viram passar perto o trem da morte.

O sacrifício dos presos políticos iria gerar um paradoxo com

o governo. Em audiência reservada com o ministro Petrônio Portella, até ele levei a advogada Eny Raimundo, presidente do combativo CBA, e o médico João Carlos Serra, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, para significar a disposição de luta dos presos em greve de fome e o risco de morte, além dos padecimentos relatados pelo presidente do Sindicato. Na saída, Oyama me pede que fique um pouco mais, pois o ministro queria um particular comigo. Era para “dividir”, segundo expressão do próprio, com as oposições a responsabilidade pela vida dos grevistas. Nossa intransigência no acordo, disse, seria *também* responsável pela vida dos grevistas. Contando, tantos anos depois e sabendo que as vidas foram preservadas, é difícil imaginar o impacto que o argumento astuto provocou no deputado. Registro que entre as

visitas aos presos causou perplexidade a concordância do Senador Dinart Mariz, reacionário de tradicional família potiguar de políticos e cangaceiros, em visitar os presos na Frei Caneca, que lá foi conosco e com a atriz Bete Mendes, e que, na saída declarou, alto e bom som para os repórteres que o aguardavam: “*aqui não tem terrorista, são inimigos do governo!*”

Afinal, o anteprojeto relatado pelo (me perdoem os leitores) famigerado Ernani Sátiro foi à votação no Congresso Nacional. Alguns historiadores insistem em mistificar a votação da anistia recíproca afirmando que a resistência a ela foi tal que a anistia teria sido aprovada por escassa maioria. É falso. Não sei se por displicência ou má fé, incompatíveis ambas com a função de historiar fatos, insistem nessa tolice. O anteprojeto foi aprovado simbolicamente pelas

duas casas do Congresso Nacional, ressalvadas as emendas a ele. É aí que se dá o embate. Redigida por Raphael de Almeida Magalhães em minha casa em Brasília, e assinada pelo deputado Djalma Marinho, arenista liberal, jurista de monta, cidadão de vida impecável, a emenda que ampliava os efeitos civis da anistia e abrigava os excluídos por “delitos de sangue” perdeu por míseros cinco votos. (Registro que até o deputado Magalhães Pinto, antigo governador de Minas Gerais e um dos articuladores e fruidores do golpe de 64, votou com a emenda do Dr. Djalma.)

Mas historiadores, como fogueteiros e vendedores, temos de variada espécie. Até um energúmeno, que divide a ditadura em “dita branda” e “ditadura”, antes e depois do AI-5, escarnece os que foram mortos imediatamente após o Golpe, os cassados, os exilados, os presos e os torturados antes do AI-5, com especial relevo para o meu velho e saudoso amigo Gregório Bezerra.

Esse é o ponto destas notas. A anistia recíproca expressou a correlação de forças da época. Fomos até onde foi possível com as forças que então dispúnhamos. Não se faria Nuremberg com Hitler no poder.

Sem embargo disso, e mesmo considerando a possível modificação de forças atualmente e o possível empenho (?) dos governos democraticamente eleitos em mobilizar suas alianças no Congresso para modificar a lei de anistia, convém assinalar que os presos políticos pelos chamados “delitos de sangue” *não* foram anistiados. Com isso, não quero diminuir o alcance da anistia, que devolveu ao país seus exilados com direitos políticos e libertou da prisão a quase totalidade dos que cumpriam pena. E nem dos que

por ela bem e bravamente lutaram. Longe disso. Quero apenas significar que os apenados por “delitos de sangue” foram libertados após ingentes esforços dos seus advogados e a boa vontade do Superior Tribunal Militar em adequar a pena que cumpriam na antiga lei de segurança nacional ao mesmo delito no direito penal comum. O general Tasso Fragoso, ministro do STM e matemático de boa vontade, munido de uma régua de cálculo (o tempo não conhecia a calculadora), diminuía as penas, que iriam libertar os cativos *não* abrangidos pela anistia recíproca.

Isso significa que os agentes do Estado que notória e confessadamente *praticaram*, para além da tortura, *a morte* dos adversários da ditadura, estão *excluídos* da anistia e podem ser levados a julgamento por seus crimes. Inútil apelar para o estatuto da prescrição. O Direito Internacional Público, arrimado em Convenções, como o Pacto de São José da Costa Rica, promulgado pelo governo brasileiro pelo Decreto 678/92, Convenções a que aderiu o Estado brasileiro, afasta a prescrição de crimes contra a humanidade, especialmente os cometidos por “delitos de sangue”.

Entretanto, a história está a reclamar uma solução que encerre esse ciclo tenebroso que viveu o país. Se o liame que faz recíproca a lei de anistia é o entendimento amplo e abrangente da definição de “crime conexo”, é suficiente uma simples lei modificando a lei de anistia de 79 para estabelecer que a “conexão” não se aplica à relação entre agentes do Estado (torturadores) e suas vítimas. A partir de então, e judicializados, cada um que responda por seus crimes.

É o que penso.

* É advogado.



Regime militar e desempenho econômico

Reinaldo Gonçalves*

O conhecimento científico não permite conclusões robustas a respeito das relações entre desenvolvimento econômico e qualidade das instituições (democracia, judiciário, burocracia etc.). No que se refere à democracia a controvérsia é evidente: não há consenso que democracia é causa, consequência ou, simplesmente, elemento auxiliar do desenvolvimento econômico.¹ Déficit democráticos não impediram o desenvolvimento econômico dos países atualmente desenvolvidos nos séculos XIX e XX. Na atualidade, o caso mais extraordinário é o desenvolvimento econômico da China a partir de 1978. O sistema capitalista chinês tem forte presença do Estado e opera sob regime político ditatorial. De fato, a China tem o capitalismo mais dinâmico, estável e provavelmente com a maior taxa de exploração do trabalhador da história mundial. Esse “modelo ideal” de capitalismo é dirigido pela *nomenklatura* do Partido Comunista chinês, com déficit absoluto de democracia e superávit de corrupção, nepotismo e patrimonialismo. Só para termos uma ideia do dinamismo econômico chinês *cum* ditadura, vale notar que a partir de 1978 o PIB chinês duplica a cada sete anos e que os números correspondentes para Grã-Bretanha (século XIX) e Estados Unidos (século XX) são 34 e 17 anos, respectivamente!

No caso do desenvolvimento econômico brasileiro, a evidência é conclusiva: não há diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho macroeconômico

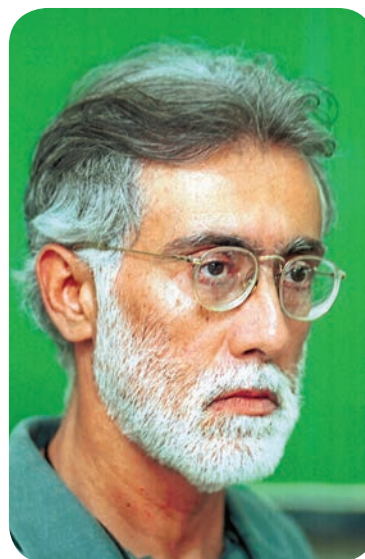
do país nos regimes autoritários e não-autoritários.² Os testes são paramétricos e não-paramétricos e as variáveis são: PIB real (variação %); hiato de crescimento (diferença entre a taxa de crescimento do PIB real do Brasil e o dos Estados Unidos); inflação; relação dívida pública/PIB; relação dívida externa/exportação; e indicador-síntese de desempenho macroeconômico. Os testes baseiam-se nas diferenças dos indicadores em cada um dos mandatos presidenciais.

Qual é o desempenho macroeconômico do Brasil durante o regime militar (3/1964-3/1985)?

Regime militar e desempenho macroeconômico

No Brasil é possível estabelecer periodização para a história econômica a partir de 1850: economia agroexportadora-escravista (1850-89); expansão cafeeira e primórdios da industrialização (1890-1930); desenvolvimentismo, substituição de importações e industrialização (1931-79); crise, instabilidade e transição (1980-94); e Modelo Liberal Periférico (MLP), de 1995 em diante. Em todo este período a economia brasileira teve dois grandes momentos: o primeiro foi a ruptura em 1930, que deu origem à Era Desenvolvimentista; o segundo foi o próprio fim desta Era em 1979. Em 1980 é o início da fase de crise, instabilidade e transição que iria desembocar no MLP em 1995.

Portanto, o regime militar (3/1964-3/1985) corresponde ao final da Era Desenvolvimentista e ao início da fase de crise, instabilidade e transição. Vale destacar



que a melhor fase de evolução da economia brasileira é a Era Desenvolvimentista (1930-79), enquanto a pior fase é a de crise, instabilidade e transição (1980-94). Os indicadores macroeconômicos nas diferentes fases são mostrados na Tabela 1.

Durante o regime militar, mais precisamente após o primeiro choque do petróleo em 1973 e durante a vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II em 1975-79), a estratégia de desenvolvimento baseou-se no *upgrade* da estrutura industrial, na substituição de importações, no forte crescimento da renda e na redução da vulnerabilidade externa estrutural do país. De fato, aplicou-se a versão mais avançada de nacional-desenvolvimentismo na história brasileira.

A redução da vulnerabilidade externa estrutural abarcou as esferas comercial, produtiva e tecnológica. O primeiro choque do petróleo em 1973 mostrou a forte dependência do país em relação à importação deste insumo básico. O PND II e as políticas gover-

namentais focaram no aumento da exploração, produção e refino do petróleo, bem como na mudança estrutural da matriz energética com fontes alternativas de energia (principalmente álcool e energia nuclear). A redução da vulnerabilidade externa na esfera produtiva ocorreu via estímulos aos investimentos na capacidade produtiva de bens intermediários e bens de capital. Na esfera tecnológica, houve incremento significativo dos investimentos em educação superior, inclusive formação de recursos humanos no exterior, expansão dos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas estatais, a formação de *joint-ventures* entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras, fortalecimento do setor de engenharia consultiva e de construção, e forte controle sobre contratos de transferência de tecnologia com a orientação de reduzir custos e aumentar a capacidade de absorção tecnológica das empresas nacionais. O resultado foi o fortalecimento do sistema nacional de inovações. O PND II refletiu a compreensão apropriada à necessidade básica do processo de desenvolvimento econômico do país naquele momento, que consistia na redução da sua vulnerabilidade externa estrutural.

Entretanto, houve grave erro estratégico na medida em que o ajuste estrutural brasileiro dependeu, em boa medida, de recursos externos. Assim, de um lado, houve redução da vulnerabilidade externa estrutural do país nas esferas comercial, produtiva e tecnológica e, de outro, houve aumento da vulnerabilidade na esfera financeira. O endividamento externo tor-

Tabela 1: Brasil - Desempenho macroeconômico segundo o período (%), 1850-2013

	PIB var. real	Hiato de crescimento var. real	Investimento var. real	Inflação	Dívida pública interna / PIB	Dívida externa / exportação	Índice de desempenho macroeconômico
Economia agroexportadora-escravista (1850-1889)	2,0	-0,95	1,2	2,0	20,2	61,5	62,0
República Velha e hegemonia da cafeicultura (1889-1930)	3,5	-0,23	2,1	4,0	13,0	184,3	60,8
Era Desenvolvimentista e a formação de uma economia industrial (1931-79)	6,4	1,64	7,9	20,9	5,0	210,9	64,3
Crise, instabilidade e transição (1980-94)	2,3	-0,47	-0,4	445,9	7,9	371,3	41,1
Modelo Liberal Periférico (de 1995 em diante)	3,0	0,12	3,7	11,5	38,2	252,3	44,2
Memorando: Período republicano							
Média	4,4	0,51	4,2	36,3	11,6	215,9	57,8
Mediana	4,5	0,31	8,0	11,3	10,3	225,5	60,0
Regime militar (1964-84)	6,2	1,40	6,1	52,8	4,5	265,6	59,6
Fernando Henrique	2,3	-1,06	1,0	17,1	31,8	395,1	38,3
Lula	4,0	1,37	7,1	8,1	43,6	177,0	48,8
Dilma Rousseff	2,0	-0,07	2,2	6,6	41,8	170,1	45,4

Fontes e notas: Elaboração do autor. Dados expressos como percentual, média (geométrica) anual; com exceção do indicador geral de desempenho macroeconômico (índice que varia de zero a 100). Mediana e média (geométrica) referem-se aos dados anuais do período republicano (1890-2013); com exceção do indicador geral de desempenho macroeconômico cuja média (aritmética) refere-se aos mandatos presidenciais em cada período. Ver Reinaldo Gonçalves. *Desenvolvimento às Avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013, cap. 3.

nou-se crítico e transformou-se na principal restrição ao desenvolvimento econômico, tendo em vista a elevação do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais em 1979, a contração dos fluxos internacionais de capitais, o fraco desempenho da economia mundial no período 1980-83, e a moratória do México e eclosão da crise da dívida externa em 1982.

A partir de 1980, os desequilíbrios macroeconômicos pioraram em decorrência dos fracassos recorrentes das políticas de ajuste externo. O resultado é que, por mais de uma década, os desequilíbrios econômicos internos (inflação, crise das finanças públicas e baixo crescimento) somaram-se ao problema do desequilíbrio externo. A crise da dívida externa fez parte da herança nefasta do regime militar.

Considerando-se todo o período do regime militar, os pontos fortes são: crescimento do PIB, hiato de crescimento, investimento e dívida pública. Os pontos fracos são inflação e dívida externa. Como mostra a Tabela 1, o indicador-síntese de desempenho macroeconômico no regime militar (59,6) é um pouco maior do que a média (57,8) e próximo da mediana (60,0) para todo o período republicano. Entretanto, comparativamente aos mandatos presidenciais na vigência do Modelo Liberal Periférico (MLP), a partir de 1995 (Fernando Henrique, Lula e Dilma), o regime militar apresenta desempenho superior. De fato, o MLP é a segunda pior fase da história econômica do país.

O regime militar também ficou marcado pela ausência de reformas estruturais diretamente

relacionadas à distribuição de riqueza e renda. Em consequência, ao final deste regime o país tinha um dos mais elevados graus de desigualdade no mundo. Se, por um lado, é verdade que houve mudanças estruturais na economia e processo de modernização notáveis no regime militar, por outro, é ainda mais verdadeiro que no final deste regime o país ainda tinha enormes deficiências em áreas como saúde, saneamento, educação, moradia, segurança, meio ambiente, transporte e seguridade social. A própria qualidade das instituições estava muito aquém dos padrões dos países desenvolvidos. Ocorre que, quase 30 anos depois da mudança de regime, não houve qualquer mudança estrutural na distribuição de riqueza e renda e o país continua como um dos mais desiguais do mundo e, ademais, as

enormes deficiências persistem ou se agravam com o atual processo de desenvolvimento às avessas.

* É professor titular de Economia da UFRJ e autor do livro *Desenvolvimento às Avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

1 Ha-Joon Chang. *Chutando a Escada. A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: UNESP, 20004, p. 127-135.

2 O estudo abarca 25 mandatos presidenciais, de Campos Sales (11/1898 a 11/1902) a Fernando Henrique Cardoso (1/1995 a 12/2002). São considerados regimes autoritários os mandatos de Hermes da Fonseca, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas (primeiro mandato), Eurico Dutra, Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Os outros 16 mandatos são considerados não-autoritários. Reinaldo Gonçalves. *A Herança e a Ruptura. Cem Anos de História Econômica e Propostas para Mudar o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 47-52.

50 anos do golpe militar: ditadura nunca mais

Aldo da Silva Arantes*

Este ano completam-se os 50 anos do Golpe Militar de 1964, etapa final de uma longa história de tentativas golpistas. Incapazes de conquistar o governo pelas eleições, a direita, através da ação dos militares, tentou o golpe contra Getúlio Vargas, levando-o ao suicídio. O golpe foi tentado, também, contra Juscelino Kubitschek e João Goulart, visando impedir sua posse, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros.

O que há em comum entre estas várias tentativas e o golpe de 64 é o caráter antinacional e antidemocrático destas ações.

Em clima de Guerra Fria, o imperialismo norte-americano esgrimia o perigo do Brasil se tornar numa nova Cuba. Participou da articulação golpista, através do embaixador Lincoln Gordon. Atuou na organização da “Operação Brother Sam”, unidade naval que ficou nas costas brasileiras durante o golpe para intervir em caso de necessidade.

No dia 31 de março o golpe estava em andamento. O General Mourão Filho, antecipando-se ao dia do início do golpe, deslocou suas tropas rumo ao Rio de Janeiro. As medidas adotadas pelo Presidente João Goulart foram insuficientes para contê-lo. Na realidade, ele não tinha um sólido apoio militar e não tomou medidas enérgicas, com receio de derrama-

mento de sangue. Com isso, o golpismo avançou sem maiores resistências.

Na madrugada do dia 1º de abril, o presidente do Congresso, senador Áureo Moura Andrade, declarou, abrindo os trabalhos: “O Senhor Presidente da República deixou a sede do governo... Deixou a Nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira... Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República”. Era uma encenação para legalizar o golpe militar que acabava de se consumir. Diante daquilo, os protestos se generalizaram no plenário. As galerias estavam lotadas e eu ali estava com um grupo de estudantes.

Vitorioso o golpe, a ditadura adotou uma série de medidas repressivas. Suspendeu direitos políticos de inúmeras lideranças e cassou mandatos parlamentares. Os partidos políticos foram extintos. Em seu lugar o regime militar criou a Arena, que reunia os partidários do regime e o MDB, de oposição consentida. E foi criado o SNI, famigerado órgão repressivo. As eleições para os governos dos estados passaram a ser indiretas.

Foi editada a Lei Suplicy, que colocava na ilegalidade a UNE. O decreto 477, criado para reprimir a luta democrática nas universidades, previa o desligamento de estudantes e a demissão de professores e funcionários. Medidas foram tomadas, também, contra os estudantes secundaristas.

Além dessas medidas, a ditadura desencadeou uma violenta repressão aos estudantes, prendendo, torturando e matando.

Nessa fase, os estudantes universitários combinaram a resistência contra a ditadura com a luta contra a privatização das universidades públicas e os Acordos MEC/USAID, realizando importantes mobilizações.

Para combater o movimento operário, o regime militar aprovou a chamada “Lei de Greve”, na verdade, uma lei antigreve, e centenas de sindicatos sofreram intervenções.

A ditadura militar adotou, ainda, uma série de medidas econômicas visando a arrochar os salários dos trabalhadores e a abrir a economia brasileira ao capital estrangeiro. Dentre elas, destacam-se a revogação da Lei de Remessa de Lucros, beneficiando o capital estrangeiro investido no Brasil. E, para aumentar os lucros dos empresários, o regime estabeleceu o controle sobre salários, substituindo a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em março de 1965 ocorre a primeira ação militar contra o regime. O Coronel Jefferson Cardin Osório, com um grupo de militares exilados no Uruguai, tomou o quartel da cidade de Três Passos, transmitindo o acontecimento pela rádio local e convocando o povo à resistência armada. O Exército reprimiu, matou um dos guerrilheiros e



prende o Coronel Jefferson e outros integrantes do grupo. Em junho o ex-governador Miguel Arraes, de Pernambuco vai para o exílio na Argélia.

A UNE e a UBES tiveram papel relevante na luta contra a ditadura e na palavra de ordem de “voto nulo” nas eleições para governadores, ocorridas pouco após o golpe.

As manifestações contra a ditadura foram num crescendo. Em 28 de março de 1968, o Restaurante Estudantil “Cabalouço”, no Rio, foi atacado, sendo assassinado Edson Luiz.

Grandes manifestações de protesto foram realizadas pelo Brasil afora. No Rio, o cortejo fúnebre levando o corpo de Edson Luiz ao cemitério contou com 60 mil pessoas.

Posteriormente, uma violenta repressão aos estudantes que se manifestavam defronte à embaixada norte-americana, no Rio, terminou com 28 mortes, centenas de feridos e 15 viaturas incendiadas. Este vandalismo ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta”.

Foi convocada uma passeata contra a ditadura militar. A ma-

nifestação, contando com a participação de 100 mil pessoas, se tornou o maior ato contra o regime militar até então realizado. Em abril os metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais, realizam greve por reajuste salarial.

Em resposta ao crescimento da violência da ditadura, a resistência armada se ampliou. Em 12 de Abril o capitão do Exército dos Estados Unidos, Charles Chandler, agente da CIA, é morto por guerrilheiros em São Paulo.

No 1º de Maio o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, foi apedrejado em palanque, na Praça da Sé, por trabalhadores. Em junho um atentado contra QG do II Exército de São Paulo termina com a morte do soldado Kosel Filho.

A direita civil contra-ataca, procurando abafar a luta contra o regime militar. Em julho o Comando de Caça aos Comunistas espancou o elenco da peça Roda Viva de Chico Buarque, em São Paulo. A sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, é alvo de atentado a bomba.

O líder estudantil Honesto Guimarães, presidente da UNE, é preso em agosto, após invasão da Universidade de Brasília, sendo assassinado em 1973 pela ditadura.

Em outubro o Capitão Sérgio Miranda de Carvalho (Sérgio Macaco) denuncia a tentativa de usar uma unidade da FAB para eliminar lutadores contra o regime. A violência se volta contra artistas que lutam pela liberdade. No mesmo mês, o Congresso clandestino da UNE, que se realizava em Ibiúna, interior de SP, acaba com a prisão de mil e duzentos estudantes.

Após pronunciamento corajoso do Deputado Marcio Moreira Alves e face à oposição do Congresso de conceder licença para processá-lo, os militares editam, em 13 de Dezembro, o AI-5.

O AI-5 concedeu poderes para fechar o Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; e cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores. Além disso, proibia manifestações populares de caráter político; suspendia o habeas corpus e impunha censura prévia a jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas. A adoção do AI-5 foi o caminho para a adoção dos métodos fascistas de governo pelo regime militar, com a generalização da tortura e dos assassinatos políticos.

Diante da violenta repressão, dos assassinatos de lutadores contra o regime e da falta de liberdade para a manifestação de massas fechava-se o caminho da luta legal para grandes parcelas da oposição. Restava aos setores que se confrontavam com a ditadura o caminho da luta armada. Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Mauricio Grabois, Osvaldão, entre outros se destacam neste momento.

O regime foi se debilitando. Tomou vulto as denúncias de assassinatos e torturas de lutadores contra o regime. A violenta repressão que se abateu sobre os movimentos sociais e os partidos de esquerda colocou-os na ilegalidade.

Após um período de refluxo da luta política, o movimento democrático foi retomando a iniciativa. Acuada, o regime mi-

litar adota a política de “abertura lenta e gradual”, procurando uma transição institucional, sem rupturas e sob controle dos militares.

A bandeira democrática que catalisa amplas camadas do povo brasileiro, nesta fase, foi a luta pela anistia. Surge o Movimento Feminino pela Anistia, dirigido por Terezinha Zerbini.

O movimento ganha nova amplitude com a implantação, em vários estados do País, dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA).

O Congresso Nacional discutia o projeto de anistia restrita proposta pela ditadura. Nas ruas, crescia o movimento em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita. A Lei de Anistia tinha um caráter limitado, pois excluía aqueles que cometeram os chamados “crimes de sangue”. Mas anistiou os torturadores e assassinos de militantes e presos políticos ao incorporar à anistia os chamados “crimes conexos”. Tal formulação resultou em não condenar os que cometeram crimes durante a ditadura.

No dia 30 de agosto de 1976 a Lei da Anistia foi aprovada e

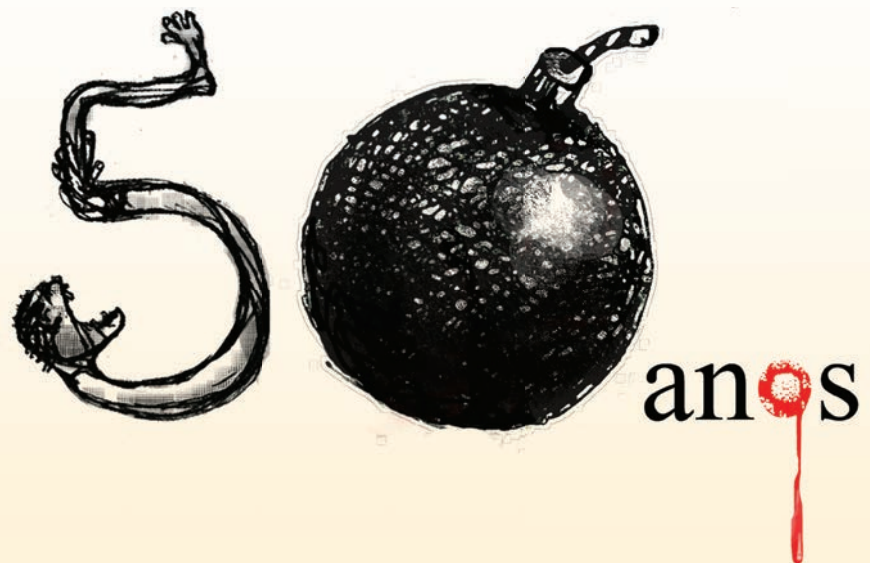
os presos políticos nela enquadrados foram libertados.

A mais importante luta política do período seguinte foi em torno da Emenda Dante de Oliveira, das eleições diretas para Presidente. A partir daí surgiram iniciativas visando à mobilização da sociedade em torno das eleições diretas. Com a pressão exercida pela ditadura, apesar do amplo apoio do povo brasileiro, a emenda foi derrotada. Em 1989 se dá a volta da eleição direta para presidente.

Em 2002, pela primeira vez na história do Brasil é eleito um operário como Presidente e na sequência a eleição da primeira mulher presidente do Brasil.

Hoje se faz necessária a união de amplas forças políticas e sociais, democráticas e progressistas, em defesa do Brasil, do desenvolvimento, da democracia e do progresso social, barrando qualquer tentativa de retrocesso.

* É secretário da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB Federal, diretor-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente (INMA) e secretário nacional de meio ambiente do PCdoB.



1964: O golpe a serviço do capital

Ricardo da Gama Rosa Costa*

O período marcado pelas ações desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek foi responsável pela aceleração da acumulação capitalista no Brasil, por meio de um projeto industrializante que, recorrendo à importação de capitais, previa a rápida incorporação ao processo produtivo de uma tecnologia mais avançada, a qual permitiu considerável aumento da produtividade. Neste processo, a burguesia industrial associada ao capital estrangeiro foi alçada a uma posição de destaque dentre as demais frações da classe dominante que compunham o Estado no chamado “pacto populista”, até então mantido com base no equilíbrio entre estas forças. Os empresários da indústria passaram a atuar de forma mais autônoma frente à estrutura corporativa estatal, afastando-se dos projetos nacionalistas que, de um lado, limitavam a livre ação das multinacionais no país e, de outro, permitiam a mobilização das massas operárias. A crise política verificada já ao fim do governo Kubitschek, e que se agravaria nos primeiros anos da década de 1960, após a renúncia de Jânio Quadros e a conturbada posse do trabalhista João Goulart, resultaria, fundamentalmente, da necessidade de os grupos dinâmicos da classe dominante assumirem o pleno controle da gestão estatal, a fim de garantirem a manutenção do ritmo de acumulação capitalista nos altos níveis exigidos pelo processo decorrente da oligopolização econômica, para o que seria necessário ampliar ainda mais o grau de

exploração da força de trabalho. O sistema mantido pelo velho pacto populista não mais seria adequado aos novos tempos de afirmação do capitalismo brasileiro plenamente associado e dependente do capital internacional, em especial porque não era capaz de conter a portentosa onda de protestos populares desencadeada em consequência da crise econômica que eclodiu em fins da década de 1950.

O Brasil do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 viveu uma efervescência sociopolítica e cultural em que era possível perceber aquilo que Gramsci denominou de “socialização da política”, a exprimir, no nível superestrutural, a consolidação do processo marcado por significativas transformações econômicas e sociais. O célere aprofundamento das relações capitalistas criava novas situações de conflitos e contradições sociais que foram acompanhadas pela formação e dinamização de novos agentes coletivos, os aparelhos privados de hegemonia, num quadro identificado com o da “ocidentalização” da sociedade brasileira¹.

De um lado, podemos incluir, como exemplo, a desvolta participação dos sindicatos operários, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), das Ligas Camponesas, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), da UNE e dos Centros Populares de Cultura, para falar das organizações comprometidas com um programa de reformas econômicas e sociais de caráter anti-imperialista, mas não necessariamente anticapitalista, já que, na visão da maioria dos agrupamentos de esquerda no período, não era a hora de desencade-



ar no Brasil a revolução socialista. De outro lado, grupos representativos do grande empresariado da indústria e do comércio, dos latifundiários e banqueiros, organizados em torno de instituições como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e a ESG (Escola Superior de Guerra), agiam, com o apoio velado do governo dos Estados Unidos e da CIA, no intuito de promover a derrubada do governo de João Goulart, para fazer avançar a dominação burguesa e aprofundar as relações capitalistas no país, com vistas a obter ampla liberdade de ação do capital multinacional no país.

A conjuntura do período em questão assistiu ao florescimento de inúmeras atividades políticas, sindicais e culturais. O sindicalismo brasileiro alcançou momento de ápice entre os anos de 1961 e 1963, contabilizando a mais intensa mobilização dos trabalhadores urbanos verificada no período contado a partir de meados da década de 1950, fase de ascensão

do movimento sindical. Era indiscutível a presença, como protagonistas e não como simples atores coadjuvantes, das classes trabalhadoras no cenário político dos anos que antecederam ao golpe. Em todo o país era evidente a maior participação dos trabalhadores, não só nas lides sindicais, mas também na vida política e parlamentar, quando um quarto da população era de eleitores, e um partido como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com uma atuação política e um discurso direcionados a arrebatar votos dos trabalhadores urbanos, contava em 1962 com quase um terço das cadeiras do Congresso. A forte influência do semilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto às entidades sindicais e à sociedade civil, com alguns de seus dirigentes nacionais tendo conquistado a distinção de dialogar diretamente com o presidente da República, assustava concretamente as classes dominantes, que articularam o golpe de estado como uma reação à “ameaça vermelha”, ou seja, ao crescente poder de mobilização dos trabalhadores brasileiros, representados pelo movimento sindical e pelos partidos a ele vinculados. Ameaça que se tornava também visível no campo, onde o poder secular do latifúndio se sentia sob risco diante do crescimento das organizações de trabalhadores e de não proprietários, fortalecidas como nunca visto antes na história, com realce para a participação das Ligas Camponesas, cuja acelerada expansão no Nordeste entre os anos de 1959 e 1962 contribuía sobremaneira para a difusão da bandeira da reforma agrária.

Se toda esta mobilização so-

cial não colocava imediatamente em xeque a ordem capitalista, não deixava de representar uma séria ameaça aos interesses das classes dominantes, pois poderia desaguar num processo profundo de reformas democráticas e sociais, de caráter anti-imperialista e antilatifundiário, conforme aponta-

vam os movimentos articulados em torno das reformas de base². Isto levava a uma conjuntura de tensionamento crescente, com o governo de João Goulart sendo pressionado por todos os lados e sofrendo um esvaziamento de poder e autoridade. A resposta dos setores mais dinâmicos das clas-

ses dominantes, constituídos pela burguesia industrial e financeira, desejosos da retomada do processo de expansão capitalista interrompido pela crise econômica de 1962-64, foi a preparação de um movimento reacionário para conter de pronto a ameaça que vinha das massas trabalhadoras.

Todo este processo de embates políticos que explodiu no início da década de sessenta, redundando na solução de força adotada por setores da classe dominante, expressou o acirramento da luta de classes no Brasil, num quadro que pode ser descrito como o de uma “crise orgânica”, conforme conceito operado por Gramsci. Seu conteúdo foi a crise de hegemonia no interior da classe dirigente, provocada, entre outros fatores, pela ativa movimentação de amplas massas, as quais, em seu “conjunto desorganizado”, podiam fazer emergir uma situação revolucionária. No entanto, “a crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo”³. Sendo assim, frações da classe dominante foram capazes de se articular para retomar o controle da situação e esmagar o seu adversário principal, impondo uma “solução orgânica” evidenciada na unificação de forças em torno de uma só direção, um único “partido”, eficaz na política repressiva necessária para afastar o “perigo mortal”⁴ naquele momento.

Através dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, com destaque para as associações empresariais e entidades como o IPES e o IBAD, além dos aparatos tipicamente coercitivos, como o Exército e a Escola Superior de Guerra, as classes dominantes organizaram a difusão da ideologia anticomunista e do discurso do “perigo vermelho” que contagiou parcelas significativas das camadas médias, atraindo-as para o apoio ao golpe de 1964. Deste modo, podemos entender que a crise de acumulação monopolista no Brasil deu-se de forma concomitante a uma crise da dominação burguesa, e sua solução, inscrita num processo de revolução passiva, significou o desfechar de duro golpe no movimento operário em ascensão, para que a atualização do projeto capitalista fosse perpetrada sem maiores obstáculos. A burguesia, por meio desta ação inserida num projeto de “revolução passiva”, garantiu a consolidação e expansão do capitalismo monopolista no Brasil, para o que era decisiva a conquista definitiva do Estado, afastando os grupos que ainda mantinham alguma ligação com as classes trabalhadoras.

* É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor e coordenador do curso de História na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, Nova Friburgo-RJ.

1 Conferir COUTINHO, Carlos Nelson – “Teoria ‘ampliada’ do Estado” em Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

2 NETTO, José Paulo – Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, 4ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 1998, pp. 22-24.

3 GRAMSCI, Antonio – Cadernos do Cárcere – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 60-61.

4 Idem, ibidem, p. 61.



Aliedo

Coletivo Mais Verdade pesquisa envolvimento de grupos econômicos no golpe de 64

■ O campus do Largo de São Francisco da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) recebeu, na noite de 26 de março, a cerimônia do lançamento do coletivo Mais Verdade, que reúne intelectuais e organizações da sociedade civil em um grande trabalho de análise e divulgação da relação entre grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, e o governo brasileiro, na época da ditadura e nos dias atuais.

O economista Luiz Mario Behnken, a historiadora Virgínia Fontes e o professor Renato Lemos falaram, no lotado Salão Nobre do campus, sobre a pesquisa e os objetivos do coletivo. O Mais Verdade foi criado em 2013, motivado pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade.

O Corecon faz parte desse esforço, juntamente com entidades como o Instituto Mais Democracia, o Fórum Popular do Orçamento e o PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul).

Luiz Mário Behnken enfatizou a multidisciplinaridade dos participantes do projeto: “Temos jornalistas, cientistas políticos, sociólogos, historiadores, economistas, educadores e psicólogos.”

Vários representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e diretórios acadêmicos demonstraram seu apoio ao trabalho do grupo Mais Verdade e ressaltaram sua importância para a sociedade brasileira. Paula Máiran, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, destacou a importância de

se conhecer a participação das empresas jornalísticas na perpetuação da ditadura. Marcelo Durão, do MST, ressaltou que a repressão do regime militar foi ainda mais forte no campo do que nas grandes cidades, desvalorizando-o e gerando uma migração de massas camponesas para as favelas urbanas.

O estudo está dividido em várias linhas de pesquisa, tais como o papel do BNDES na ditadura, o complexo industrial-militar brasileiro, a participação das empresas de energia e o conglomerado de mídia. O trabalho, extenso e difícil, não tem data para terminar, segundo Luiz Mario. E como lembrou Virgínia Fontes, é importante que o trabalho não seja apenas engajado, mas também mostre o rigor da pesquisa científica.

Prêmio de Monografia recebe inscrições de centros de ensino

O Corecon-RJ receberá até 3 de junho inscrições de trabalhos para o XXIV Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. As instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro com cursos de Economia são as responsáveis pela inscrição, até um limite de cinco monografias por escola.

O prêmio é promovido anualmente pelo Corecon-RJ e tem como objetivo reconhecer os melhores trabalhos de conclusão de curso de graduação em Economia. Podem concorrer as monografias concluídas no primeiro e segundo semestres de 2013.

Os formando autores das monografias vencedoras receberão prêmios em dinheiro, sujeitos à incidência de desconto de imposto de renda, conforme a legislação: R\$ 3.580 (primeiro colocado), R\$ 2.386 (segundo) e R\$ 1.550 (terceiro). O Jornal dos Economistas publicará resumos dos três trabalhos vencedores e das monografias que venham a receber menção honrosa.

Uma banca examinadora, integrada por economistas com notório saber, escolherá os trabalhadores vencedores. O Corecon-RJ anunciará os vencedores em 11 de agosto por meio da página www.corecon-rj.org.br. A premiação está prevista para 13 de agosto, Dia do Economista, sujeita a confirmação.

A ficha de inscrição e o regulamento do concurso estão disponíveis no site do Corecon-RJ.

Agenda de cursos

ABRIL

Valuation - Introdução à Avaliação de Empresas com Modelagem Financeira em Excel
Professor Marco Antonio Monteiro
28 de abril a 25 de junho – 4ª feiras e nas 2ª
(28/04, 12/05, 26/05 e 09/06)
18h45 às 21h45 - 39 horas

MAIO

Perícia (turma única 2014)
Professor Roque Dirceo Licks
27 de maio a 4 de novembro - 3ª feiras
18h45 às 21h45 - 69 horas

Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2014

Economia Brasileira, Estatística, Macroeconomia, Matemática e Microeconomia
5 de maio a 20 de setembro – 345 horas
2ª a 6ª feiras - 18h40 às 21h55. Sábados – 9h às 12h30

JULHO

Avaliação de Negócios e Tomada de Decisão - modelos em Excel

Professor Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues
21 de julho a 20 de agosto – 2ª e 4ª feiras
18h45 às 21h45 - 30 horas

INSCRIÇÕES ABERTAS. Informações: www.corecon-rj.org.br/cursos.asp

Prezado(a) economista,

Um cadastro atualizado é uma importante ferramenta de comunicação entre você e o Conselho. Solicitamos a colaboração no sentido de sempre nos informar as mudanças de, por exemplo, e-mail, endereços residencial e comercial, telefones fixo e celular etc. A atualização pode ser feita por meio dos seguintes canais:

1) Site do Corecon/RJ: www.corecon-rj.org.br, no link “atualize seus dados cadastrais”.

2) Telefones: 2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0130; 2103-0131.

3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; carla@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.

Secretaria de Registro – Corecon-RJ